

Análise de políticas de desenvolvimento regional: o caso da MESOMERCOSUL

¹David Rodrigo Florêncio*, ²Fernando Rusch & ^{1,2,3}Ivo Marcos Theis

1. Departamento de Economia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau. Rua Antônio da Veiga, 140. Blumenau/SC, 89010-971.
2. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau. Rua Antônio da Veiga, 140. Blumenau/SC, 89010-971. fe_rusch@yahoo.com.br
3. Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau. theis@furb.br

*Bolsista programa PIBIC/FURB 2006/2007. falecomodavid@gmail.com

Resumo Este artigo tem como tema a proposta recente de desenvolvimento das Mesorregiões Diferenciadas, regiões debilitadas com características semelhantes e baixo grau de desenvolvimento, no âmbito do programa PROMESO (Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais), do Ministério da Integração Nacional, convergindo com as orientações da PNDR (Política Nacional de Desenvolvimento Regional). Aqui, a ênfase recai sobre a Mesorregião Diferenciada Grande Fronteira do Mercosul (MESOMERCOSUL). O objetivo geral é identificar o processo e o estado atual de desenvolvimento da MESOMERCOSUL. Entre os objetivos específicos incluem-se: a) compreender como a MESOMERCOSUL se insere no programa de Mesorregiões Diferenciadas; b) resgatar o processo de desenvolvimento da MESOMERCOSUL, buscando identificar a participação da Sociedade Civil e do Poder Público na sua administração; c) analisar o desenvolvimento da região abarcada pela MESOMERCOSUL. Entre os métodos de procedimento deste trabalho estão a revisão bibliográfica, o levantamento de documentação e materiais jornalísticos e a coleta de dados estatísticos. As técnicas utilizadas foram a pesquisa bibliográfico-documental e a pesquisa quantitativa. O universo da pesquisa abrange entes públicos e privados, o setor produtivo e as universidades. As evidências mostram que a MESOMERCOSUL se encontra num contexto marcado por acentuadas disparidades socioeconômicas tanto em termos inter-regionais como intra-regionais. Entretanto, a conclusão a que se chega é que, no atual cenário de desigualdades regionais, as diretrizes do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais, no caso da MESOMERCOSUL, têm contribuído para o desenvolvimento regional, fomentando potencialidades e impulsionando ações de desenvolvimento a partir do engajamento dos atores locais.

Palavras-chave: MESOMERCOSUL; Mesorregiões Diferenciadas; Desenvolvimento Regional; PROMESO; PNDR.

1. Introdução

No recente movimento de internacionalização do sistema econômico, a concentração dos meios de produção e força de trabalho emerge na dinâmica entre políticas públicas e mercado. A decisão do setor privado ganha força com as propostas macroeconômicas de livre mercado e/ou mobilidade dos recursos de produção, originadas no movimento de “globalização”. O capital privado, movimentando-se pelo território de acordo com a atratividade de infra-estrutura, recursos humanos e qualidade de vida, tem

privilegiado algumas localidades enquanto outras são deixadas de lado, acirrando desigualdades regionais e aumentando a carência de políticas públicas que as amenizem (BRASIL, 2003).

Áreas excluídas pelo mercado permanecem marginalizadas e com menor dinamismo, o que instiga o esvaziamento populacional e o fluxo migratório para regiões mais desenvolvidas. Mesmo regiões antes com certo grau de desenvolvimento mostram sinais de estagnação. Algumas áreas assistem ao uso intensivo de seus potenciais, enquanto outras têm os seus subutilizados. “No caso de um país continental

como o Brasil, [...] parece cada vez mais evidente o imperativo de combater desigualdades internas e trabalhar a diversidade como um ativo essencial do modelo de desenvolvimento” (BRASIL, 2003, p.12).

Neste cenário nasce a PNDR (Política Nacional de Desenvolvimento Regional), com o propósito de diagnosticar desigualdades regionais em escala nacional, criando um mapa de orientação para a articulação, integração, gestão e execução de ações das esferas públicas nas regiões de menor dinamismo. Ela constitui um esforço pioneiro ao pensar as desigualdades no Brasil pela ótica territorial e tem como uma de suas premissas a necessidade de construir uma confluência entre as diversas políticas federais, articulando Ministérios de atuação em bases territoriais (como Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário e Cidades), Ministérios da área de infra-estrutura pública (Transporte, Minas e Energia), Ministérios responsáveis pelo desenvolvimento setorial ou regulação econômica (Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ciência e Tecnologia; Fazenda) e Ministérios responsáveis pelas políticas com impacto social (Desenvolvimento Social; Educação; Cultura) (BRASIL, 2003). Desse modo, em consonância com as disposições já trazidas nos princípios gerais da atividade econômica, da Constituição de 1988, quanto à redução das desigualdades regionais e sociais (BRASIL, 1988), a política leva a cabo questões há muito tempo discutidas, mas que até então repercutiam em ações pouco eficientes.

Regiões com acentuadas desigualdades no nível de vida e nas oportunidades de crescimento são o objeto da PNDR. Entre elas, as denominadas Mesorregiões Diferenciadas, congregam num mesmo espaço o baixo dinamismo da economia regional e um nível de bem estar social diminuído, que criam o subterfúgio para fluxos de emigração na direção de regiões mais dinâmicas. A proposta é fomentar potencialidades das Mesorregiões Diferenciadas tendo em vista as características endógenas que se apresentam, num processo articulado entre entes públicos (governo nas esferas municipal, estadual e federal), privados, setor produtivo e universidades, promovendo o desenvolvimento da Mesorregião (BRASIL, 2003).

O presente artigo divide-se em seis seções: a primeira corresponde a esta introdução; na segunda seção, traz-se o referencial teórico relacionado ao tema; na terceira seção, apresenta-se a contextualização histórico-geográfica do processo das mesorregiões diferenciadas, com

especial atenção ao caso MESOMERCOSUL; na quarta seção, sistematiza-se o processo de institucionalização da MESOMERCOSUL; na quinta seção, apresentam-se dados demográficos e econômicos da MESOMERCOSUL, Macro Região Sul e do Brasil. Por fim, na última seção apresentam-se algumas considerações finais.

2. Pressupostos teóricos

O processo das mesorregiões diferenciadas se constituiu numa política pública de planejamento mesorregional, que visa à redução das disparidades inter e intra-regionais, a partir de seu desenvolvimento socioeconômico sustentável. Neste sentido, para consolidar este ideal, são descritos alguns conceitos relativos a espaço, território e região e sua relação com o desenvolvimento [mesor]regional, políticas públicas e planejamento, visando consolidar este processo como redutor de disparidades regionais. Devido à existência de inúmeros conceitos e entendimentos do termo ‘espaço’, podemos considerá-lo ainda muito controverso. Neste sentido, Souza (1997, p. 22), enfatiza que ‘espaço’ “é uma [...] dimensão material e objetiva um produto da transformação da natureza [...] pelo trabalho social”. Assim constitui-se numa estrutura/ambiente de organização social e de contextualização da sociedade em termos espaciais.

Por outro lado, o termo território pode ser entendido como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...] um campo de força concernente a relações de poder espacialmente delimitadas” (SOUZA, 1997, p. 24). Assim, na delimitação de um espaço geográfico, se verifica a interação de um sistema complexo de seres, objetos e ações.

No caso específico de estudo da MESOMERCOSUL, pode-se definir região como “um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares” (CORRÊA, 1991, p. 32). Também se pode lembrar que:

[...] a região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos (CORRÊA, 1991, p. 45-46).

Por outro lado, Bassan & Siedenberg (2003, p. 141) destacam entre as diversas definições de região a

que classifica como uma porção do “espaço com características naturais específicas que, ao longo do seu processo de formação histórico-cultural, foi configurando uma identificação social, econômica e política, a fim de atender às necessidades de sua população, delimitando uma identidade regional própria”. Neste sentido,

Uma região, inicialmente, é representada por sua formação geomorfológica (relevo, vegetação); em segundo lugar, apresenta-se a formação histórico-cultural, ou seja, os primeiros habitantes (colonizadores) que enraizaram sua cultura e tradições e passaram-nas às gerações futuras; em terceiro lugar, a formação econômico-social, a distribuição espacial da população, a origem do processo produtivo, a base econômica que identifica a região; em quarto lugar, o aspecto político e administrativo (BASSAN & SIEDENBERG, 2003, p. 142).

Para Siedenberg (2006, p. 72) é fundamental também definir o adjetivo regional que:

[...] pressupõe a existência de outros espaços geográficos comparáveis à unidade espacial em questão. É necessário considerar também que a delimitação pode se dar através de diferentes aspectos: geográficos, administrativos, econômicos, físico-naturais, culturais, políticos, etnográficos, entre outros.

Por sua vez esclarecido o adjetivo “regional”, podemos partir para a expressão desenvolvimento regional, que normalmente está associada às:

[...] mudanças sociais e econômicas que ocorrem num determinado espaço, porém é necessário considerar que a abrangência dessas mudanças vai além desses aspectos, estabelecendo uma série de inter-relações com outros elementos e estruturas presentes na região considerada, configurando um complexo sistema de interações e abordagens (SIEDENBERG, 2006, p. 72).

Depois de compreendido este conceito, parte-se para as definições de política pública, sendo que para Celina Souza (2005, p. 3), entre as muitas existentes, a mais conhecida é a de Laswell (1936). Nesta,

Ele introduz a expressão policy analysis (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Entretanto, Miceli (1999, p. 69) enfatiza a participação da política e do governo nos estudos de planejamento para o desenvolvimento no período recente:

[...] tais estudos mantêm uma vinculação mais estreita com especializações profissionais como a administração pública, mas também com a tradição disciplinar da sociologia e da economia. Não é infreqüente, no entanto, a consideração de questões relativas ao papel de variáveis políticas na implementação ou no desempenho de programas governamentais.

No período recente, para Miceli (1999, p. 68) as medidas de institucionalização do planejamento para o desenvolvimento são muito importantes, pois “a reforma do estado no período pós-estabilização implica uma robusta construção institucional – sobretudo de agências regulatórias – em contraste com as tarefas de gestão macroeconômicas nas quais a dimensão institucional inexistente”. Neste sentido, no período recente, o Brasil vem repensando o processo de desenvolvimento no âmbito mesorregional, com a participação de agentes locais, a partir de ações como o programa PROMESO, onde as políticas públicas refletem a preocupação da parte governamental para com o processo de desenvolvimento. Para Ciro Ferreira Gomes (BRASIL, 2005, p. 4-5),

Há muito tempo que o país sonha com o momento de poder pensar novamente, com determinação, seu desenvolvimento. [...] O desafio é, portanto, vir a estruturar uma política pública com a chancela dos poderes constituídos, dos entes federados e das forças sociais [...] A Política [mesorregiões diferenciadas] está voltada para a redução das desigualdades regionais e também para a ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras. O ponto central da estratégia é valorizar a magnífica diversidade regional do país. Diversidade essa que se desdobra em múltiplas dimensões – ambiental, socioeconômica e cultural, – e é capaz de servir de base a um desenvolvimento includente e sustentável, levando, dessa forma, à estruturação de uma sociedade mais justa.

Devido ao fato dos benefícios do desenvolvimento não se repartirem de forma igual em todas as regiões, verificam-se as chamadas “disparidades regionais”. Neste sentido, esta expressão é habitualmente utilizada para designar desigualdades de bem-estar e/ou de desenvolvimento entre regiões. A utilização desta expressão sugere normalmente uma condição inaceitável. Sendo que habitualmente, as políticas

regionais têm como objetivo maior o seu combate (POLESE, 1998).

Portanto, o processo das mesorregiões diferenciadas tem como objetivo principal fomentar o planejamento mesorregional, visando reduzir as disparidades regionais. Pode-se lograr este objetivo através da participação de todos os atores envolvidos, em especial os locais, representados de forma participativa na construção dos consensos e diretrizes com foco nas demandas regionais.

3. Contextualização histórico-geográfica do processo das mesorregiões

Na busca pela articulação entre políticas setoriais, um dos focos da PNDR são as regiões com baixa renda, estagnadas e de menor dinamismo. Entre essas políticas, destaca-se o PROMESO (Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais) voltado às Mesorregiões Diferenciadas, sub-regiões prioritárias no território nacional. Este programa tem como importante instrumento a descentralização de recursos e poder de decisão, fortalecendo os atores locais em um processo participativo e legítimo, objetivando a instituição de mecanismos de gestão compartilhada (BRASIL, 2007). O PROMESO coliga hoje treze Mesorregiões Diferenciadas, conforme disposição indicada na Figura 1.

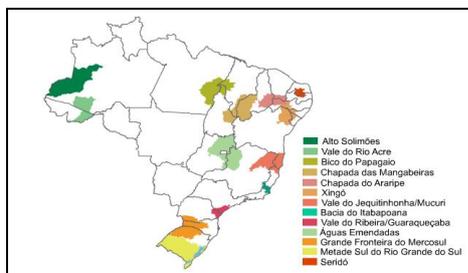


Figura 1. Mesorregiões Diferenciadas: Escala Sub-Regional Programas Mesorregionais. Fonte: BRASIL, Ministério da Integração Nacional (2007).

Cada sub-região busca instituir uma representação administrativa na forma de um Fórum. Este tem a função de promover o constante diálogo entre os atores do processo – governo federal, governo estadual, prefeituras, sociedade civil e setor empresarial – consistindo em um espaço de construção de consensos (BRASIL, 2003). O perímetro da MESOMERCOSUL encontra-se dentro da região Sul do país, na fronteira oeste, ou, de forma mais particular, engloba o sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul,

totalizando atualmente um conjunto de 396 municípios. Seu recorte territorial atual compreende uma área total de 120,5 mil quilômetros quadrados e uma população de pouco mais de 3,8 milhões de habitantes. Para Perin, Damo e Bonetti (2003, p. 11), “Apesar de constituir uma mesorregião de ocupação antiga, tem grau de urbanização relativamente baixo em relação ao resto do País, em torno de 65%, concentrando parcela significativa da população na zona rural”. A Região tem como características preponderantes a colonização tardia, arraigados traços culturais dos imigrantes colonizadores, além do menor dinamismo econômico. Na Figura 2 é representada a Mesorregião Diferenciada MESOMERCOSUL.

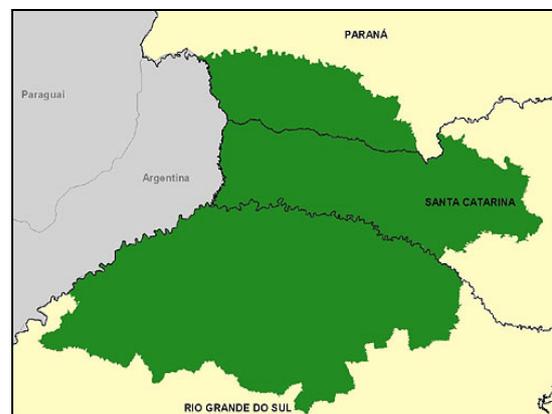


Figura 2 – Mesorregião Diferenciada MESOMERCOSUL. Fonte: BRASIL, Ministério da Integração Nacional (2007).

No Rio Grande do Sul o processo de colonização deu-se numa conjuntura de disputa demográfica entre portugueses, espanhóis e indígenas (das missões Jesuítas). Estes últimos sob jurisdição independente das coroas portuguesa e espanhola foram desmantelados. Em meados da década de 1720 tem início a chegada sistemática dos portugueses, garantindo a ocupação do território em detrimento dos espanhóis. Aqueles se instalaram na região que hoje corresponde à área metropolitana do Estado. A perspectiva nacional de introdução de mão-de-obra estrangeira (imigrante) em substituição à escrava, visando o aperfeiçoamento dos meios de produção, atrelado à resistência a esse movimento na região Norte e Nordeste do país, contribuiu para a forte disseminação da imigração no Rio Grande do Sul. No primeiro momento os alemães fixaram-se nos arredores da capital do Estado, introduzindo o artesanato em grande escala, com vistas as relações comerciais com o seu país de origem. Na década de 1870 inicia a imigração de italianos, que já não encontrando espaço nos arredores da capital, migram para o interior, região serrana,

que vem a se tornar pólo industrial do Estado. Dando continuidade a esse movimento, imigrantes italianos e alemães que vinham para o Brasil, em conjunto com a progressão da natalidade dos aqui já estabelecidos, levaram a um deslocamento dessa massa na direção ao norte do Estado, perfazendo um corredor ao longo da fronteira oeste do país, embrenhando-se por áreas com espaço disponível para se instalarem. Esse movimento vai posteriormente determinar traços característicos das regiões oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná (PORTAL MESOMERCOSUL, 2007).

Santa Catarina por sua vez tem sua colonização explicitamente iniciada no litoral, sobretudo em função da Ilha Florianópolis. A capitania é oficialmente criada em 1738, emancipando-se de São Paulo, momento a partir do qual se sucedem várias correntes de imigração européia, que perduram até a década de 1940. Destacam-se alemães e italianos, porém com a presença de belgas, irlandeses, poloneses, austríacos, romenos, holandeses e espanhóis, o que vai compor uma cultura abastada em sua diversidade. Esses imigrantes, ao contrário dos açorianos, adentram o território fixando-se em áreas do interior para exercer atividades na pequena ou média lavoura. Este movimento estende-se da costa até a faixa de fronteira oeste do Estado, estabelecendo um processo de colonização densamente mais homogêneo que no Brasil em geral, além da característica de ocupação com grande diversidade étnica, com predominância de alemães e de italianos, saídos de outras regiões do Estado e do norte do Rio Grande do Sul (PORTAL MESOMERCOSUL, 2007).

O Paraná só veio a consolidar um processo de ocupação do Estado em meados do século XIX, com seu desmembramento de São Paulo, em 1853. Até então Curitiba e Paranaguá eram as únicas vilas, vindo a primeira a se tornar cidade e nova capital do Estado. A partir daquele momento, inicia-se o programa de imigração européia para a região, principalmente italianos, alemães e poloneses. A partir de 1870 eles começam a ocupar intensivamente o território do Estado, dedicando-se a atividades agrícolas e artesanais. O sudoeste do Paraná vai receber atenção quanto a sua ocupação ainda mais tarde, em meados do século XIX. Grande parte da população que ali se instalou migrou ou do Rio Grande do Sul, dando continuidade ao movimento de migração populacional desse Estado na direção norte; ou de outras localidades do próprio Estado, como Guarapuava e Ponta Grossa (PORTAL MESOMERCOSUL, 2007).

Por fim, os elementos históricos e culturais característicos da MESOMERCOSUL têm grande relevância no processo de sua constituição. Inicialmente os imigrantes “desbravadores” formavam comunidades apoiadas na cooperação e associativismo, comunidades nas quais se situava o modo de sobrevivência e superação das inúmeras dificuldades existentes na ainda virgem terra. A diversidade étnica dos imigrantes, os conhecimentos e a especialização que trouxeram consigo foram fatores determinantes para o desenvolvimento alcançado pela região, que já em sua colonização se situava à margem das regiões de produção extensiva na época, isto é, Sudeste e Nordeste. Contudo, aqueles fatores não constituíram força decisiva para impulsionar um crescimento equivalente às regiões mais dinâmicas, contribuindo para manutenção da estagnação das áreas interioranas.

4. A institucionalização da MESOMERCOSUL

Os aspectos históricos de associativismo e cooperação presentes na colonização da região abrangida pela MESOMERCOSUL se expressam de diversas formas nos tempos atuais. Na década de 1990, essa orientação levou a articulação de agentes locais da região no sentido de buscar alternativas para a reversão dos problemas, sobretudo econômicos, que ali vinham se apresentando. As conseqüências mais preocupantes eram a baixa capacidade de absorção da mão-de-obra disponível, refletida no problema de retenção da população, motivador para a emigração (PERIN, 2004). Aquele histórico, cuja presença sempre foi constante, mas carente de uma forma mais organizada, tomou um caráter reativo a partir da constatação das dificuldades encontradas no cenário regional.

Na década de 1990 são identificadas diversas ações de enfrentamento dos problemas através da mobilização de agentes locais, como os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES, do Rio Grande do Sul, (BANDEIRA, 2007); as Universidades Regionais ou Comunitárias; e as Associações de Municípios de Santa Catarina e Paraná, em parceria com as administrações pública estadual e municipal.

Para o entendimento da formação-institucionalização da mesorregião, advinda da criação do Fórum, sob a ótica da construção de processo, é necessário partir do engajamento dos atores da sociedade como fator essencial. O caso particular da MESOMERCOSUL reflete esse aspecto, na medida em que ela foi a primeira

mesorregião constituída no âmbito do PROMESO. Este programa foi concebido através da participação decisiva daquela, em um processo interativo de participação, através de reuniões para a construção de “consensos”. Nesse sentido, o resgate cronológico dos vários passos dessa construção ajudará na compreensão do processo (PERIN; DAMO; BONETTI, 2003):

- Em 1997 é registrado o primeiro consenso realizado por lideranças do setor público, privado e sociedade civil, na UNIJUI, noroeste do Rio Grande do Sul, com a elaboração de um plano para dinamizar o desenvolvimento da Macrorregião Norte do Estado do Rio Grande do Sul. “Tendo a Bacia do rio Uruguai como eixo estruturante e considerando que esta bacia é compartilhada pelos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, [no mesmo ano] ocorreu o consenso de Chapecó, que culminou com a elaboração do que se chamou de ‘Plano para o Desenvolvimento Sustentável da Área da Bacia do Rio Uruguai’” (PERIN; DAMO; BONETTI, 2003. p. 8).

- Em 1999 o plano é retomado, combatendo a falta de disposição política Estadual e Federal. Nesse ano é realizado o consenso de Porto Alegre, na Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, com a presença de várias autoridades políticas e representantes das entidades locais. Este esforço culminou na proposição de inclusão do plano no PPA Nacional (Plano Plurianual), por meio da mobilização dos legislativos Estadual e Federal. Esse acontecimento contribuiu decisivamente para a criação do Programa das Mesorregiões Diferenciadas do Ministério da Integração Nacional.

- No ano de 2000, ocorre um novo consenso em Frederico Westphalen - Rio Grande do Sul, na URI Campos Frederico Westphalen. Nele se dá a inclusão de representantes do Sudoeste do Paraná, desejada desde o consenso de Chapecó, e viabilizada com o desenho das Mesorregiões realizado pelo Ministério da Integração Nacional.

- Um ano mais tarde, 2001, mais precisamente em junho, seguiu-se mais um consenso, o de Francisco Beltrão, para articulação das ações programáticas, propostas pelo Fórum Provisório da Mesorregião, com aquelas previstas no Programa das Mesorregiões Diferenciadas do Ministério da Integração Nacional.

- Em 25 e 26 de julho, ainda em 2001, houve um novo consenso em Chapecó, que delineou com maior clareza o papel do Fórum que viria a ser institucionalizado como órgão de representação da Mesorregião.

- Durante o ano de 2002, houve três seminários preparatórios - realizados na UNIJUI, Francisco Beltrão e Chapecó - para a elaboração do Estatuto do Fórum, delineando os elementos necessários para a constituição de pessoa jurídica de um órgão dessa natureza.

- Em 28 de novembro de 2002, no consenso de Erechim, foi institucionalizado o Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, personificando agora pessoa jurídica. Deu-se na ocasião a apresentação da “Carta à Mesorregião” que, aponta os rumos a serem seguidos.

Estes acontecimentos revelam a integração e engajamento como imenso potencial intrínseco da MESOMERCOSUL, que articulado com uma política federal construída de forma participativa a atenta culminou na criação de um consenso abrangente e centrado nas demandas regionais da região. Por fim, a institucionalização da Mesorregião foi estabelecida com grande esforço, por uma comissão com representação paritária dos três Estados, que definiu como membros do Fórum de Desenvolvimento da MESOMERCOSUL os representantes de COREDEs, Associações de Municípios e Agências de Desenvolvimento, “além de universidades, presentes nas regiões de abrangência dos três estados. Também inclui representantes de entidades empresariais [...], sindicatos (rurais e urbanos) e dos governos estaduais e da assembléia legislativa” (ANDION, 2007, p. 186).

A seguir são apresentados dados demográficos, econômicos e ações implementadas na MESOMERCOSUL, possibilitando assim, realizar uma análise do processo.

5. MESOMERCOSUL: Configurações demográfico-econômicas

A seguir, num primeiro momento são apresentados dados a respeito de aspectos demográficos e econômicos num horizonte inter-regional relativo ao Brasil, Macro Região Sul, Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e a mesorregião MESOMERCOSUL. Num segundo momento, as tabelas apresentam um cenário intra-regional, desenvolvendo uma análise

mesorregional, pela comparação dos municípios mais dinâmicos com os demais.

Tabela 1 - Densidade Demográfica - Brasil, Sul, Mesomercosul - 2006. Fonte: IBGE - Censo Demográfico Área territorial oficial.

| Área Territorial | Área (km ²) | População | Hab./Km ² |
|-------------------|-------------------------|-------------|----------------------|
| Brasil | 8.514.876,60 | 186.770.562 | 21,93 |
| Região Sul | 563.548,42 | 27.308.863 | 48,46 |
| Paraná | 199.314,85 | 10.387.378 | 52,12 |
| Santa Catarina | 95.346,18 | 5.958.266 | 62,49 |
| Rio Grande do Sul | 268.887,39 | 10.963.219 | 40,77 |
| Mesomercosul | 120.546,50 | 3.864.978 | 32,06 |
| Paraná | 17.057,75 | 557.732 | 32,70 |
| Santa Catarina | 34.079,05 | 1.291.349 | 37,89 |
| Rio Grande do Sul | 69.409,70 | 2.015.897 | 29,04 |

Nesta tabela, apresentam-se indicadores de densidade demográfica. Chama a atenção nesse aspecto que a MESOMERCOSUL encontra-se em uma posição intermediária entre Macro Região Sul e Brasil. Ainda em termos de densidade, na Macro Região Sul e na MESOMERCOSUL os Estados ficam classificados na seguinte ordem (da maior densidade para a menor): Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Tabela 2 - População residente por situação do domicílio - Brasil, Sul, Mesomercosul - 2000. Fonte: IBGE - Censo Demográfico

| Área Territorial | Residentes | | | Participação da população por situação | |
|------------------|-------------|-------------|------------|--|--------|
| | Total | Urbana | Rural | Urbana | Rural |
| Brasil | 169.799.170 | 137.953.959 | 31.845.211 | 81,25% | 18,75% |
| Região Sul | 25.107.616 | 20.321.999 | 1.785.617 | 80,94% | 19,06% |
| Paraná | 9.563.458 | 7.786.084 | 1.777.374 | 81,41% | 18,59% |
| Sta. Catarina | 5.356.360 | 4.217.931 | 1.138.429 | 78,75% | 21,25% |
| RG do Sul | 10.187.798 | 8.317.984 | 1.869.814 | 81,65% | 18,35% |
| Mesomercosul | 3.797.522 | 2.425.561 | 1.371.961 | 63,87% | 36,13% |
| Paraná | 557.443 | 337.959 | 219.484 | 60,63% | 39,37% |
| Sta. Catarina | 1.235.609 | 790.621 | 444.988 | 63,99% | 36,01% |
| RG do Sul | 2.004.470 | 1.296.981 | 707.489 | 64,70% | 35,30% |

Nesta tabela constata-se que o percentual da população que reside no meio rural na MESOMERCOSUL é o dobro da média nacional. Constata-se para esse item a mesma classificação mencionada na tabela anterior, tanto nos dados relativos a MESOMERCOSUL, como para a Macro Região Sul. Outro aspecto relevante é que o Estado de Santa Catarina, apesar de possuir a mais alta densidade demográfica dos Estados da Macro Região Sul, é o que possui o maior percentual da população residindo no meio rural.

Tabela 3 - Evolução da população residente - Brasil, Sul, Mesomercosul - milhares - 1970-2006. Fonte: IBGE - Censos Demográficos / Estimativa da População.

| Área Territorial | Número de residentes | | | | | Taxa média geométrica de crescimento anual(%) | | | |
|------------------|----------------------|---------|---------|---------|---------|---|-------|---------|---------|
| | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2006 | 70-80 | 80-91 | 91-2000 | 2000-06 |
| Brasil | 93.135 | 119.011 | 146.825 | 169.799 | 186.771 | 2,48 | 1,93 | 1,63 | 1,60 |
| Reg. Sul | 16.496 | 19.032 | 22.129 | 25.108 | 27.309 | 1,44 | 1,38 | 1,41 | 1,41 |
| PR | 6.930 | 7.630 | 8.449 | 9.563 | 10.387 | 0,97 | 0,93 | 1,39 | 1,39 |
| SC | 2.902 | 3.628 | 4.542 | 5.356 | 5.958 | 2,26 | 2,06 | 1,85 | 1,79 |
| RS | 6.665 | 7.774 | 9.139 | 10.188 | 10.963 | 1,55 | 1,48 | 1,21 | 1,23 |
| Meso-mercosul | 3.171 | 3.563 | 3.699 | 3.798 | 3.865 | 1,17 | 0,34 | 0,29 | 0,29 |
| PR | 501 | 590 | 557 | 557 | 558 | 1,65 | 0,52 | 0,01 | 0,01 |
| SC | 840 | 1.033 | 1.160 | 1.236 | 1.291 | 2,08 | 1,06 | 0,70 | 0,74 |
| RS | 1.829 | 1.940 | 1.982 | 2.004 | 2.016 | 0,59 | 0,19 | 0,13 | 0,09 |

Quanto a evolução da população residente na MESOMERCOSUL, constata-se que seu ritmo de crescimento além de inferior a brasileira e da Macro Região Sul, acompanha sua tendência de decréscimo em todos os períodos verificados. Em 2006 os índices mostram-se muito inferiores: menos de um quinto da taxa média da Macro Região Sul e de menos de um quarto taxa média de crescimento nacional. Destacamos, quanto ao ritmo de crescimento populacional dos municípios que compõem a MESOMERCOSUL, que os mais elevados são os do Estado de Santa Catarina com 0,74%, ou seja, um pouco superior a metade da média da Macro Região Sul, sendo que os municípios que formam o restante da região (os do Paraná e Rio Grande do Sul), apresentam indicadores de 0,01% e 0,09%, respectivamente.

Nesta tabela se verifica o percentual da PEA - População Economicamente Ativa que reside no meio urbano e rural na MESOMERCOSUL. Constata-se que a PEA residente no meio rural da MESOMERCOSUL é mais que o dobro da média nacional. Por outro lado, a PEA da Macro Região Sul, apesar de também ser superior a média nacional, o é em menos de 20%. Quanto as subdivisões Estaduais, relativa a PEA rural dos municípios da MESOMERCOSUL, constata-se que a classificação (do maior para o menor) é: Paraná com 40,66%, Rio Grande do Sul com 39,18% (ambos acima da média mesorregional) e Santa Catarina com 38,39%. Por outro lado, nas subdivisões Estaduais, relativa a PEA rural dos municípios da Macro Região Sul, a classificação (do maior para o menor) passa a ser Santa Catarina com 22,32%, Rio

Grande do Sul com 20,06% (ambos acima da média Macro Sul) e Paraná com 17,83%.

Tabela 4 - População Economicamente Ativa por situação do domicílio - Brasil, Sul, Mesomercosul - 2000. Fonte: IPEADATA - Dados Regionais

| Nome da Área Territorial | Residentes | | | Participação da população por situação | |
|--------------------------|------------|------------|------------|--|--------|
| | Total | Urbana | Rural | Urbana | Rural |
| | Brasil | 77.467.473 | 64.391.285 | 13.076.188 | 83,12% |
| Região Sul | 12.498.714 | 10.034.200 | 2.464.515 | 80,28% | 19,72% |
| PR | 4.651.832 | 3.822.263 | 829.569 | 82,17% | 17,83% |
| SC | 2.682.355 | 2.083.659 | 598.696 | 77,68% | 22,32% |
| RS | 5.164.528 | 4.128.278 | 1.036.250 | 79,94% | 20,06% |
| Mesomercosul | 1.984.350 | 1.207.903 | 776.447 | 60,87% | 39,13% |
| PR | 276.965 | 164.340 | 112.625 | 59,34% | 40,66% |
| SC | 646.793 | 398.467 | 248.326 | 61,61% | 38,39% |
| RS | 1.060.591 | 645.096 | 415.496 | 60,82% | 39,18% |

Tabela 5 - Evolução da população economicamente ativa - 1970-2000. Fonte: IPEADATA - Dados Regionais.

| Área Territorial | População | | | | Taxa média geométrica de crescimento anual(%) | | |
|------------------|-----------|------------|------------|------------|---|-------|---------|
| | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 70-80 | 80-91 | 91-2000 |
| | Brasil | 29.557.224 | 43.235.712 | 58.456.125 | 77.467.473 | 3,88 | 2,78 |
| Região Sul | 5.427.918 | 7.423.346 | 9.722.374 | 12.498.714 | 3,18 | 2,48 | 2,83 |
| PR | 2.276.754 | 2.863.043 | 3.612.644 | 4.651.832 | 2,32 | 2,14 | 2,85 |
| SC | 882.229 | 1.356.186 | 1.976.878 | 2.682.355 | 4,39 | 3,49 | 3,45 |
| RS | 2.268.935 | 3.204.117 | 4.132.852 | 5.164.528 | 3,51 | 2,34 | 2,51 |
| Mesomercosul | 1.088.052 | 1.343.878 | 1.705.373 | 1.984.350 | 2,13 | 2,19 | 1,70 |
| PR | 170.462 | 222.278 | 251.825 | 276.965 | 2,69 | 1,14 | 1,06 |
| SC | 271.077 | 378.381 | 540.967 | 646.793 | 3,39 | 3,30 | 2,01 |
| RS | 646.513 | 743.219 | 912.582 | 1.060.591 | 1,40 | 1,88 | 1,68 |

Quanto a Evolução da PEA residente na MESOMERCOSUL, constata-se que o ritmo de crescimento é inferior ao da brasileira e da Macro Região Sul. Enquanto na comparação dos períodos 80-91 com 91-2000 a Macro Região Sul e o Brasil registram aumento na taxa de crescimento da PEA, a MESOMERCOSUL mostra declínio. Em 91-2000, a taxa de crescimento da PEA se mostra bastante inferior às da Macro Região Sul e brasileira, especialmente com relação a segunda. Destaca-se, quanto ao ritmo de crescimento da PEA dos municípios que compõem a MESOMERCOSUL, que os mais elevados são os do Estado de Santa Catarina com 2,01%. Os municípios que formam o restante da mesorregião (os do Rio Grande do Sul e Paraná) apresentam indicadores de 1,68% e 1,06%, respectivamente.

Tabela 6 - Produto Interno Bruto (PIB) per capita - (em R\$ 1.000) - 2000. Fonte: IPEADATA - Dados Regionais.

| Região Territorial | PIB |
|--------------------|------|
| Brasil | 6,43 |
| Região Sul | 7,65 |
| Paraná | 6,85 |
| Santa Catarina | 7,84 |
| Rio Grande do Sul | 8,30 |
| Mesomercosul | 7,71 |
| Paraná | 6,90 |
| Santa Catarina | 7,92 |
| Rio Grande do Sul | 8,36 |

Na tabela 6 se apresentam percentuais do PIB - Produto Interno Bruto per capita. Constata-se que o PIB per capita da MESOMERCOSUL, apesar de ser superior a média brasileira e da Macro Região Sul, somente o é devido a sua reduzida população, que indiretamente acaba distorcendo este dado. Neste indicador, a classificação dos Estados é a mesma tanto na MESOMERCOSUL como na Macro Região Sul, ou seja, Estado do Rio Grande do Sul, na seqüência Santa Catarina, e por fim, o Paraná.

Tabela 7 - Evolução do número de cidades por faixa de tamanho da população - Mesomercosul. Fonte: IBGE: 1970-2000 - Censos Demográficos, 2006 - Estimativa populacional.

| Classe de tamanho da População | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2006 |
|--------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Até 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| De 501 a 1.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| De 1.001 a 2.000 | 2 | 1 | 3 | 16 | 32 |
| De 2.001 a 5.000 | 16 | 23 | 55 | 167 | 179 |
| De 5.001 a 10.000 | 61 | 55 | 85 | 105 | 100 |
| De 10.001 a 20.000 | 81 | 72 | 72 | 59 | 49 |
| Mais de 20.000 | 43 | 52 | 44 | 34 | 36 |
| De 20.001 a 50.000 | 38 | 42 | 31 | 22 | 24 |
| Mais de 50.000 | 5 | 10 | 13 | 12 | 12 |
| TOTAL | 203 | 203 | 259 | 381 | 396 |

Na tabela 7 apresenta-se a evolução do número de cidades, tendo como critério as faixas de população do IBGE. No período de 2000-06 a quantidade de municípios com população entre 5.001 e 20.000 residentes apresentou diminuição, enquanto a faixa de 1.001 a 5.000 cresceu. Por outro lado, verifica-se movimento acumulado de redução dos municípios da faixa entre 10.001 e 20.000. Essa redução dá-se provavelmente para a formação de novos

municípios (menor contingente populacional), já que a quantidade de municípios com mais de 20.000 residentes permanece praticamente estática, frente ao aumento no total de municípios. Neste sentido, conclui-se que os municípios (micro) pólos regionais se definem como os 12 maiores.

Tabela 8 - Evolução da população municipal total por faixa de tamanho - Mesomercosul. Fonte: 1970-2000, IBGE - Censos Demográficos de 2006 - Estimativa populacional

| Tamanho da População | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2006 |
|----------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Até 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| De 501 a 1.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| De 1.001 a 2.000 | 3.807 | 1.725 | 4.669 | 28.047 | 56.213 |
| De 2.001 a 5.000 | 59.238 | 89.959 | 198.920 | 544.174 | 574.355 |
| De 5.001 a 10.000 | 458.627 | 424.376 | 623.703 | 732.523 | 704.038 |
| De 10.001 a 20.000 | 1.118.272 | 1.026.660 | 999.765 | 819.362 | 694.757 |
| Mais de 20.000 | 1.531.163 | 2.020.289 | 1.871.804 | 1.673.416 | 1.835.615 |
| De 20.001 a 50.000 | 1.187.233 | 1.292.151 | 904.585 | 660.528 | 732.166 |
| Mais de 50.000 | 343.930 | 728.138 | 967.219 | 1.012.888 | 1.103.449 |
| TOTAL | 3.171.107 | 3.563.009 | 3.698.861 | 3.797.522 | 3.864.978 |

Nesta tabela pretende-se captar uma possível tendência de estratificação da população regional. A soma da população dos municípios entre 5.001 e 10.000 residentes apresentam uma significativa redução no ritmo de crescimento a partir do ano de 2000. Os de 10.001 a 20.000 tiveram significativa redução na comparação 1970/2006. Já os municípios com população acima de 20.000 crescem aceleradamente, tanto os com população entre 20.001 a 50.000 e os com mais de 50.000 residentes.

Nesta tabela, comparam-se os municípios da MESOMERCOSUL e os seis maiores da Macro Região Sul, com mais de 400 mil habitantes (Curitiba e Londrina - PR, Joinville e Florianópolis - SC, Porto Alegre e Caxias do Sul - RS), sendo que, apesar de ter vinte vezes mais área, a MESOMERCOSUL congrega somente três quartos da população residente nestes municípios destaques, resultando em densidade demográfica 27 vezes menor. Na MESOMERCOSUL, os doze municípios com mais de 50 mil habitantes (Pato Branco e Francisco Beltrão (PR), Santo Ângelo, Santa Rosa, Passo Fundo, Ijuí, Erechim, Cruz Alta, Carazinho (RS), Caçador, Concórdia e Chapecó (SC)) ocupam apenas 7% da área total na região, ao passo que detém 29% da população, ou seja, sua densidade demográfica é 5 vezes maior que nos demais municípios da região. Na MESOMERCOSUL os municípios com menos de 50 mil residentes possuem densidade demográfica menor que a Macro Região Sul (conf. Tabela 1), no

entanto ficando levemente acima da média brasileira.

Tabela 9 - Densidade demográfica - Maiores da Região Sul e Mesomercosul - 2006. Fonte: IBGE - Censo Demográfico / Área territorial oficial.

| Área Territorial | Área (km ²) | População | Hab./Km ² |
|--|-------------------------|-----------|----------------------|
| Região Sul - Municípios > 400 mil residentes | 5.790,71 | 5.039.862 | 870,34 |
| Mesomercosul Municípios > de 50 mil residentes | 8.773,88 | 1.103.449 | 125,77 |
| PR | 1.274,40 | 141.366 | 110,93 |
| SC | 2.403,47 | 312.809 | 130,15 |
| RS | 5.096,01 | 649.274 | 127,41 |
| Mesomercosul Total Municípios < de 50 mil residentes | 111.772,61 | 2.761.529 | 24,71 |
| PR | 15.783,34 | 416.366 | 26,38 |
| SC | 31.675,58 | 978.540 | 30,89 |
| RS | 64.313,70 | 1.366.623 | 21,25 |

Tabela 10 - Evolução da população residente - Mesomercosul - 1.000 - 1970-2006. Fonte: IBGE - Censos Demográficos / Estimativa da População.

| Área territorial | Número de residentes | | | | | Taxa média geométrica de crescimento anual (%) | | | |
|----------------------------------|----------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--|-------------|-------------|-------------|
| | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2006 | 70-80 | 80-91 | 91-2000 | 2000-06 |
| Municípios (+) 50 mil residentes | 615 | 796 | 914 | 1.013 | 1.103 | 2,62 | 1,27 | 1,14 | 1,44 |
| Demais Municípios | 2.556 | 2.767 | 2.785 | 2.785 | 2.762 | 0,79 | 0,06 | 0,00 | -0,14 |
| TOTAL | 3.171 | 3.563 | 3.699 | 3.798 | 3.865 | 1,17 | 0,34 | 0,29 | 0,29 |

Nesta tabela, constatamos que no período de 2000-06 os municípios da MESOMERCOSUL, com mais de 50 mil residentes tiveram crescimento de 1,44%, enquanto que os demais municípios da região declinaram populacionalmente em 0,14%, resultando assim, em apenas 0,29% de crescimento populacional total da região. Quanto aos municípios pólos desta região, analisando o período 1970/2006, Chapecó teve o maior crescimento populacional, enquanto que Santo Ângelo foi o único que teve decréscimo populacional. Portanto, a região mostra-se debilitada, apesar de considerável PIB per capita (proveniente da reduzida população e considerável renda proveniente do setor primário) possui baixa urbanização, com elevada participação da PEA nas atividades rurais. Entretanto, a PEA total está em redução, a população cresce a taxas inferiores as médias da Macro Região Sul e do Brasil, com significativo crescimento populacional dos município pólos (mais de 50 mil residentes), enquanto que nos demais geralmente há decréscimo populacional. Nestes pólos microrregionais não se percebe estagnação, possuindo considerável nível de bem estar social. Por fim, visando homogeneizar a

região sob estes aspectos, surgem ações governamentais de fomento nas regiões menos dinâmicas intra-regionalmente.

Estas ações compreendem projetos alternativos, financiados pelo Ministério da Integração Nacional, que buscam engajar a comunidade regional em atividades que contribuam para o desenvolvimento, especialmente a agricultura familiar, visando a geração de trabalho e renda na região. Estes projetos surgiram a partir de demandas identificadas pelos agentes membros do Fórum de Desenvolvimento da MESOMERCOSUL, sendo priorizado, neste contexto, a temática da Agricultura Familiar, fomentando ações na formação de Agroindústria, fruticultura (vitivinicultura), piscicultura, nos setores moveleiros, turísticos e na lapidação e artesanato mineral. Descrevem-se também os projetos desenvolvidos na MESOMERCOSUL, sistematizando quantitativamente o valor total de cada projeto, ano de execução e setor da economia que interfere. O Quadro 1 a seguir, descreve sinteticamente as ações desenvolvidas na MESOMERCOSUL, na gestão do período de 2003 até 2006.

A partir deste quadro relatório, pode-se verificar que o ano com maior montante de recursos liberados foi de 2004, com R\$ 4.200.000,00, representando 49,30% do total de recursos. Entretanto para os demais anos, os recursos foram de R\$ 2.300.756,00, ou seja, 27,00% em 2005, R\$ 1.210.000,00 (14,20%) em 2004, e por fim, em 2003, R\$ 809.000,00, ou seja, 9,50%, o menor montante de recursos do período. Com relação à distribuição dos recursos entre os setores, a atividade que recebeu o maior montante de recurso foi a Agroindústria com R\$ 4.749.000,00, ou seja, 55,74% do total de recursos no período, por outro lado, o menor montante foi destinado a atividade de lapidação e artesanato mineral, com R\$ 450.000,00, ou seja, 5,28% dos recursos. Por fim, os setores vitivinicultura com 12,51% do montante total de recursos, moveleiro (10,04%), piscicultura (8,22%) e o turismo (8,21%), receberam respectivamente, em ordem decrescente de valor, R\$ 1.065.600,00, o segundo, R\$ 855.000,00, o terceiro, R\$ 700.165,00 e finalmente, o último, mas não menos importante com R\$ 700.000,00, o turismo.

Neste conjunto de ações a política pública das Mesorregiões Diferenciadas, implementada pelo Ministério da Integração Nacional, atinge uma de suas premissas: Fomentar o processo de desenvolvimento socioeconômico da região, principalmente com relação a uma de suas principais potencialidades, a Agricultura familiar.

A dinâmica desta ação de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional ainda é assunto novo. Por outro lado, as evidências mostram que estas ações vêm contribuindo para o processo de desenvolvimento regional, num processo participativo dos diversos atores, a partir do engajamento dos agentes do Fórum de Desenvolvimento da MESOMERCOSUL.

Quadro 1: Projetos executados na MESOMERCOSUL. Fonte: Elaborado pelos autores.

| Projetos | Ano | Setor | Valor (R\$) |
|--|------|-----------------------|---------------------|
| Projeto: Fortalecimento de agroindústrias familiares | 2003 | Agroindustria | 809.000,00 |
| Sinalização Turística na Região das Missões Jesuíticas | 2004 | Turístico | 700.000,00 |
| Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Móveis na região Oeste de SC | 2004 | Moveleiro | 500.000,00 |
| Fortalecimento agroindústrias familiares - PR | 2004 | Agroindustria | 450.000,00 |
| Fortalecimento agroindústrias familiares - SC | 2004 | Agroindustria | 1.150.000,00 |
| Fortalecimento agroindústrias familiares - RS | 2004 | Agroindustria | 1.400.000,00 |
| Modernização do centro de profissionalizante de movelaria | 2005 | Moveleiro | 355.000,00 |
| Projeto de lapidação e artesanato mineral | 2005 | Lapidação/ artesanato | 450.000,00 |
| Desenvolvimento APL da Vitivinicultura - SC | 2005 | Vitivinicultura | 350.000,00 |
| Fortalecimento da Vitivinicultura no Sudoeste do PR | 2005 | Vitivinicultura | 445.600,00 |
| Fortalecimento da Piscicultura | 2005 | Piscicultura | 700.156,00 |
| Fortalecimento de pequenas agroindústrias familiares: componentes de gestão empresarial e apoio a setor lácteo | 2006 | Agroindustria | 940.000,00 |
| Fortalecimento da Vitivinicultura no Sudoeste do PR | 2006 | Vitivinicultura | 270.000,00 |
| Total dos Projetos | | | 8.519.756,00 |

6. Considerações finais

A MESOMERCOSUL reflete um conjunto amplo de idéias que vêm sendo sugeridas há algum tempo por especialistas em desenvolvimento regional brasileiro. Estes entendem como necessário levar em conta as características sub-regionais referentes à região. Principalmente, relacionadas à cultura do povo que a forma, levando em consideração demais aspectos, que até

então não foram observados, nas demais políticas públicas.

Contudo, neste território, a comunidade regional tem clara a importância de sua participação para o processo de desenvolvimento. Aparentemente, as regiões influenciadas assumem uma postura inovadora pela busca da definição de seus rumos. No entanto, apesar dos esforços dos agentes civis e públicos, as análises iniciais levam a crer que ainda não parece ter se atingido as condições institucionais adequadas para que se desencadeie um processo final, necessitando ainda um conjunto de ajustes.

Portanto, a MESOMERCOSUL tem por objetivo elevar a autonomia regional, possibilitando alternativas que promovam sua sustentabilidade, por meio da organização do poder público e da sociedade civil. Visa desconstruir o mito de que a sociedade é um mero receptor de políticas públicas, sem capacidade de planejamento de longo prazo. Tem como objetivo, contribuir para o processo de desenvolvimento de “espaços” estagnados, possibilitando a consolidação de alternativas de desenvolvimento de longo prazo, promovendo a redução das disparidades intra-regionais, com conseqüente melhora da qualidade de vida da comunidade regional.

6. Agradecimentos: ao programa PIBIC/FURB.

7. Referências

- ANDION, M. C. M. **Atuação das ONGs nas Dinâmicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável no meio rural de Santa Catarina: Os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGRECO.** (Tese de Doutorado do Programa de Sociologia Política da UFSC) Florianópolis, 2007.
- BANDEIRA, Pedro Silveira. **Uma Experiência de Institucionalização de Regiões no Brasil: Os COREDEs do Rio Grande do Sul.** UFSC. Florianópolis. Disponível em: <<http://www.cidts.ufsc.br/articles/ArtigoBandeira.pdf>> Acesso em: 08/2007.
- BASSAN, Dilani S. & SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. In BECKER, Dinizar F. & WITTMANN, Milton Luiz. **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2003. Cap. IV.
- BRASIL, **Constituição.** Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988.
- BRASIL, Agência Nacional de Águas. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional: Proposta para Discussão.** Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/PRHBHSF/SPR/Plano%20de%20Recursos%20Hidricos%20-%20CBHSF/3-%20Material%20de%20Consulta/>>.
- BRASIL; Ministério da Integração Nacional. **PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional.** Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/download/download.asp?endereco=/pdf/desenvolvimentoregional/pndr.pdf&nome_arquivo=pndr.pdf>. Acesso em: Ago / 2007. Brasília, 2003.
- BRASIL; Ministério da Integração Nacional. **PROMESO - Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais.** Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_promeso>. Acesso em: Fev / 2007. Brasília, 2005.
- CELINA SOUZA, Maria. M. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Subáreas.** UFBA: Sedur, 2005. Disponível em: <http://www.sedur.ba.gov.br/Pehis2/documentos/pdf/celinasouza_%20-20politicas%20pubs.pdf>. Acesso em: 10 Fev. 2007.
- CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial.** 2ª ed. São Paulo: Atica, 1991.
- MICELI, Sergio. **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995).** São Paulo: Sumaré; Brasília, DF: CAPES: ANPOCS, 1999. v3.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados Sidra.** Disponível: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: Ago. de 2007.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **IpeaData.** Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: Ago. de 2007.
- PERIN, Zeferino. **Desenvolvimento Regional: Um novo Paradigma em Construção,** Executor: CREDENOR – Conselho Regional de Desenvolvimento do Norte do RS, Editora: Edifapes, Erechim/RS, 2004.
- PERIN, Zeferino; DAMO, Márcia. BONETTI, Célio. Rio Grande do Sul. **Consensos e Estratégias para o Desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul,** Executor: CREDENOR – Conselho Regional de Desenvolvimento do Norte do RS, Editora: Edifapes, Erechim/RS, 2003.
- POLÊSE, Mario. **Economia urbana e regional: logica espacial das transformações economicas.** Coimbra : Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 1998. 377 p, il. (APDR).
- PORTAL MESOMERCOSUL - Mesorregião Diferenciada Grande Fronteira do Mercosul. **Caracterização da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: Processo de Implementação do Modelo de Gestão da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.** Mesomercosul, Mesomercosul, p.60-74, ago/2007. Disponível em: <www.mesorregiao-gfm.org.br/download/Caracterizacao_Meso_GFM.pdf>. Acesso em: 29 Ago. 2007.
- SIEDENBERG, D. R. **Dicionário Desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.
- SOUZA, M. L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Território,** Rio de Janeiro, v. 3, Jul./Dez. 1997.